



Davi garante seguro-defeso para pescador do Nordeste

Decreto assinado ontem em Aracaju pelo presidente da República em exercício estende por mais 60 dias o seguro-defeso a pescadores prejudicados pelo vazamento de óleo

O presidente da República em exercício, Davi Alcolumbre, assinou ontem decreto que vai prolongar por 60 dias o pagamento do seguro-defeso aos pescadores que foram afetados economicamente pelo vazamento de óleo nas praias do Nordeste. Ao todo 60 mil recebem o benefício na região. A assinatura aconteceu em Aracaju, onde Davi esteve acompanhado de senadores para averiguar a situação das praias.

Mais cedo, o presidente em exercício também visitou Barra de São Miguel, em Alagoas, e prometeu editar uma medida provisória para ajudar a mitigar os danos ambientais com mais agilidade.

— Nossa presença aqui é um sinal de que o Executivo está no Nordeste para ajudar a minimizar essa tragédia ambiental. **3**



Thiago Sampaio/Agência Alagoas

Renan Filho, Salles, Davi (4º à esq.), Jean Paul Prates, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho (3º à dir.), Rodrigo Cunha e Renan em inspeção de praia em AL

Diplomata apoia acordo entre Mercosul e Canadá

Após sabatina, a Comissão de Relações Exteriores aprovou as indicações dos diplomatas Pedro Henrique Borio para chefiar a embaixada

no Canadá, Rubem Antonio Barbosa para a embaixada no Cazaquistão, cumulativamente com o Quirguistão e com o Turcomenistão, e

Sergio Luiz Canaes para Sri Lanka, cumulativamente com as Maldivas. Os três nomes serão agora analisados pelo Plenário. **4**



Pedro Franco/Agência Senado

Entre diplomatas indicados para Cazaquistão, Canadá e Sri Lanka, Nelsinho Trad (3º à esq.) comanda sabatina

Para debatedores, Previdência prejudicará assalariados e pobres

Para participantes de audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos a pedido do presidente do colegiado, Paulo Paim, a reforma causará muitos

prejuízos aos trabalhadores e levará ao empobrecimento geral da população. Segundo eles, isso aconteceu no Chile e é a causa das últimas manifestações naquele país. **3**



Gerardo Magela/Agência Senado

Diego Cherulli fala em debate conduzido por Paulo Paim (C) em colegiado

Especialistas defendem investimentos em ciência

A manutenção de recursos para o setor de ciência e tecnologia foi apontada como mecanismo para a retomada econômica do país por representantes do setor tanto na iniciativa privada quanto no governo, em audiência da Comissão Mista de Orçamento. Já o representante do Ministério da Economia disse ser difícil investir em pesquisas e inovação com o Orçamento atual “engessado” por despesas obrigatórias. **2**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Izalci (4º à esq.) preside debate sobre ciência e tecnologia para o desenvolvimento

Audiência pede incentivos à pesca esportiva e ao turismo

A transformação da Embratur em agência executiva, benefícios para a pesca, wi-fi gratuito em regiões atrativas como Bonito e Fernando de Noronha e participação brasileira em feiras internacionais de turismo foram defendidos em audiência na Comissão de Agricultura. **4**

Centenário olímpico do país terá comemorações

A primeira delegação nacional em Olimpíadas foi enviada a Antuérpia, na Bélgica em 1920. O centenário será comemorado em Tóquio, no ano que vem, e estão previstos eventos, selos e medalhas. A informação foi dada ontem na Comissão de Educação. **2**

Brasil celebra cem anos em Olimpíadas em 2020

Comissão fez audiência ontem para ouvir a opinião de autoridades e atletas sobre o tema. Colegiado aprovou ainda emenda ao Orçamento 2020 com R\$ 150 milhões para o esporte de alto rendimento

O CENTENÁRIO DO envio da primeira delegação brasileira aos Jogos Olímpicos será no ano que vem, e o Brasil poderá declarar 2020 como o Ano da Participação Olímpica Brasileira. É o que prevê o Projeto de Lei 5.183/2019, debatido ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Autora da proposta, Leila Barros (PSB-DF) presidiu a audiência em que todos os convidados defenderam a comemoração do centenário. Ela contou que estão previstos palestras e eventos e a emissão de moedas, selos e medalhas. Desde 1920, na Bélgica, o Brasil participou de todas as edições dos jogos, à exceção de 1928, quando não houve recursos para enviar a delegação a Amsterdã. Desde então os brasileiros ganharam um total de 128 medalhas.

Orçamento

Na segunda-feira, Leila, Dário Berger (MDB-SC), Kátia Abreu (PDT-TO) e Irajá



Observado por Leila, o medalhista Rogério Sampaio fala em debate

(PSD-TO) apresentaram uma emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2020 para beneficiar o esporte de alta performance. A preparação dos atletas e das delegações deve receber R\$ 150 milhões até as Olimpíadas de Tóquio (em julho de 2020), por sugestão de Leila apoiada pelos três senadores.

Na reunião, Leila disse que o orçamento do Ministério do Esporte (que em 2019 foi incorporado pelo Ministério da Cidadania) foi o que mais perdeu nos últimos anos.

Na área de esporte e lazer, disse Leila, ele foi de R\$ 1,5 bilhão em 2016 para R\$ 220 milhões em 2020.

— O orçamento está 85,4% menor e os atletas já estão no último momento de preparação para as Olimpíadas. O financiamento vem pelo COB, pelo governo e por bolsas. Certamente o ministério terá de fazer um planejamento pensando em medalhas, mas o fato é que terão de ser priorizados alguns atletas e não vamos atingir a totalidade da delegação — lamentou.

Luis Carlos Heinze elogia dragagem do Porto de Rio Grande

Luis Carlos Heinze (PP-RS) informou ontem que o governo investiu R\$ 448 milhões na dragagem do Porto de Rio Grande (RS). O senador explicou que o projeto foi adiado por oito anos. Durante a gestão do ex-presidente Michel Temer, o dinheiro foi liberado e, agora, com o fim do embargo imposto pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a obra está sendo executada.

— Hoje é um dos maiores portos brasileiros e a dragagem é fundamental, porque os navios, para saírem dali, saíam com meia carga.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Izalci Lucas apoia isenção para todas as empresas de inovação

Izalci Lucas (PSDB-DF) defendeu ontem o aperfeiçoamento da Lei 11.196, de 2005, apelidada de Lei do Bem, que trata dos incentivos fiscais às empresas que realizarem pesquisa de inovação tecnológica.

Para o senador, as regras atuais limitam o número de empresas com incentivos fiscais, ao definir que a isenção beneficie apenas às tributadas pelo lucro real. Assim, explicou, as pequenas *startups*, optantes do Simples, importantes atores na inovação, não podem receber incentivos fiscais.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Kajuru parabeniza Goiânia pelo 86º aniversário da cidade

Jorge Kajuru (Cidadania-GO) parabenizou ontem a cidade de Goiânia pelo 86º aniversário. Na opinião do senador, a capital de Goiás é uma das melhores cidades brasileiras em qualidade de vida.

Segundo Kajuru, o município é a cidade mais arborizada do Brasil e a segunda do mundo.

— Goiânia é moderna, planejada, o verde está por todas as partes, são centenas de praças floridas, ruas arborizadas, limpas, bem iluminadas. Além do povo bonito e acolhedor.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Debatedores defendem investimento em tecnologia para garantir crescimento

Representantes do setor de pesquisa em ciência e tecnologia do governo e da iniciativa privada defenderam a manutenção de recursos para o setor como mecanismo para retomada econômica. Eles participaram de audiência da Comissão Mista de Orçamento (CMO) na quarta-feira. O diretor do Departamento de Programas da Área Econômica e de Infraestrutura do Ministério da Economia, Zarak Ferreira, por sua vez, disse ser difícil investir com o Orçamento atual “engessado” por despesas obrigatórias.

O diretor do Departamento de Tecnologias Estruturantes do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCTI), Jorge Mario Campagnolo, defendeu o descontinenciamento dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Em 2018, o fundo foi contemplado com R\$ 3,2 bilhões na lei orçamentária, mas apenas R\$ 951 milhões (29% do total) foram empenhados ao longo do ano.

Segundo o chefe do projeto de construção do acelerador de partículas Sirius, Roque da Silva, a coordenação de projetos de tecnologia pode ser a chave para garantir recursos para a área. Ele sugeriu que o ministério seja o responsável por controlar os trabalhos.

— Se cada um olha separadamente, é cada um puxando para um lado. Se soma esses

esforços, você consegue atingir esses valores — afirmou.

A diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Gianna Sagazio, defendeu a subvenção como essencial para alavancar investimento privado.

Para Izalci Lucas (PSDB-DF), é importante o debate na CMO pois é onde se define para onde vão os recursos federais a cada ano.

— Temos de compatibilizar o discurso com o recurso, porque educação, ciência e tecnologia não se faz só com discurso, mas com recurso.

O líder da oposição, deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), afirmou defender o orçamento da ciência e tecnologia é uma pauta capaz de unir situação e oposição.

— Não é contra o governo, é para o bem do país. Ciência e tecnologia é a saída.

Tanto Molon como Izalci criticaram a ideia de fundir a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), vinculada ao Ministério da Educação, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ligado ao MCTI. Segundo Molon, a ideia tem sido discutida pelo Executivo e gera uma “preocupação desnecessária” para pesquisadores brasileiros, que já tem de lidar com poucos recursos.

Da Agência Câmara

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Discursos e avisos da Mesa.

SESSÃO ESPECIAL Dia do Professor

11h Comemoração da data.

SESSÃO SOLENE Dia do Dentista

15h Comemoração da data.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a integra das

sessões no **Plenário**:

<http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a integra das

sessões nas **comissões**:

<http://bit.ly/integraComissoes>

<http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Eduardo Braga saúda cidade de Manaus pelo 350º aniversário

Eduardo Braga (MDB-AM) parabenizou ontem a cidade de Manaus pelo seu 350º aniversário. O senador destacou a indústria do turismo como um privilégio, pela cidade estar no meio da Floresta Amazônica, e informou que Manaus é o oitavo destino mais visitado do Brasil. Ele lembrou ainda o Mercado Municipal e a Zona Franca de Manaus.

— Manaus é, sobretudo, uma terra de gente guerreira e batalhadora, que soube driblar as dificuldades impostas pelo ambiente selvagem, e construiu uma sociedade progressista.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Vanderlan defende juros mais baixos para santas casas

Vanderlan Cardoso (PP-GO) defendeu em Plenário ontem a redução da taxa de juros dos bancos públicos nos financiamentos às santas casas de misericórdia. O senador destacou que elas respondem por 50% dos atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS)

— A Santa Casa de Anápolis, que agora teve a UTI neonatal fechada por falta de recursos e eu achando que um R\$1 milhão da minha emenda, que eu ia colocar lá, ia dar para sanar alguns problemas, dá para pagar um mês de juros.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Wellington tem projeto para impedir criminoso de se candidatar

Wellington Fagundes (PL-MT) anunciou ontem em Plenário a apresentação do Projeto de Lei 5.285/2019, que altera o Código Penal para incluir a interdição para o exercício de mandato eletivo, cargo, função e emprego público das pessoas que forem condenadas por crime praticado contra crianças, adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência, e do Projeto de Lei Complementar 226/2019, que muda a Lei Complementar 64, de 1990, para definir como inelegíveis condenados por crime contra vulneráveis.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Davi divulga providências contra danos no Nordeste

Presidente da República em exercício, Davi Alcolumbre inspecionou praias atingidas por óleo, assinou a prorrogação do seguro-defeso e anunciou uma medida provisória para mitigar os danos

O PRESIDENTE DO Senado e da República em exercício, Davi Alcolumbre, assinou ontem um decreto estendendo por mais dois meses o seguro-defeso a 60 mil pescadores. O ato aconteceu no Palácio dos Despachos, sede do governo de Sergipe, em Aracaju. Acompanhado por senadores do Nordeste, pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e pelo governador do estado, Belivaldo Chagas, Davi verificou a situação das praias de Aruana e Atalaia.

— A prorrogação do seguro-defeso é o reconhecimento a essa cadeia produtiva, para que a gente possa socorrer homens e mulheres trabalhadores que tiram o seu sustento da pesca— disse Davi.

Pela manhã, durante a visita da comitiva a Barra de São Miguel, em Alagoas, Davi também prometeu editar uma medida provisória para ajudar a mitigar os danos ambientais.

As providências anunciadas ontem, segundo ele, permitirão aos municípios e estados contratarem mais trabalhadores, a fim de dar continuidade à retirada dos rejeitos de óleo das praias.

— Esse drama que vivemos é um caso único, de proporções inimagináveis, mas nossa estada como presidente em exercício, acompanhado de todas as autoridades aqui, significa a preocupação do governo central sobre o que fazer para diminuirmos os danos. Nossa vinda é um gesto político e institucional com o Nordeste brasileiro, de reconhecimento a essa região, a sua capacidade de desenvolvimento econômico, e com o nosso país.



Maria do Carmo, Alessandro, Chagas, Davi, Rogério e Salles em ato em SE

Marcos Brandão/Senado Federal

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, garantiu que o governo federal tem disponibilizado tecnologias, equipes e parcerias internacionais para identificar as causas do vazamento desde o início do problema. São cerca de 10 mil homens do Exército trabalhando de forma ininterrupta na área, segundo ele.

O ministro disse ainda que o problema não afetou todo o Nordeste, mas pontos específicos e ressaltou que um trabalho conjunto do governo federal com os poderes estaduais e municipais tem possibilitado a retirada de toda a sujeira das águas.

— Desde as primeiras manchas que surgiram, os esforços para monitoramento e identificação têm sido feitos. Ao contrário do que foi equivocadamente pensado, sistemas de monitoramento sofisticados foram acionados de pronto. Da mesma maneira, o avião-radar do Ibama vem sobrevoando o litoral brasileiro do Maranhão à Bahia, mas a mancha tem aparecido somente próximo às praias. E o trabalho que vem sendo feito, de forma

impecável, é a retirada desse material do mar, tão logo ele toca a costa — garantiu.

Já o governador de Alagoas, Renan Filho, ressaltou as parcerias do estado com o governo federal e disse que tem trabalhado duramente para concluir a limpeza.

O presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), Fabiano Contarato (Rede-ES), destacou o empenho do presidente do Senado no assunto.

— O Poder Legislativo não pode se acovardar diante de um crime dessa natureza, que poderia ter sido evitado se órgãos como Ibama e ICMBio fossem fortalecidos e valorizados.

Rodrigo Cunha (PSDB-AL) afirmou que a visita mostra que o governo federal deve assumir suas responsabilidades. Fernando Collor (Pros-AL) disse que a medida é uma demonstração da preocupação do Senado com as crises que afetam o país. Também integraram a comitiva os senadores Renan Calheiros (MDB-AL), Rogério Carvalho (PT-SE), Alessandro Vieira (Cidadania-SE), Maria do Carmo Alves (DEM-SE) e Jean Paul Prates (PT-RN).

Debate: nova Previdência prejudica trabalhadores

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) debateu ontem a aprovação da reforma da Previdência (PEC 6/2019), que aguarda promulgação pelas mesas diretoras da Câmara e do Senado. Para funcionários que auxiliaram senadores e deputados da oposição na análise da proposta, o texto vai causar empobrecimento da população e não resolverá os problemas do sistema.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), e a senadora Zenaide Maia (Pros-RN) compararam a reforma ao que ocorreu com o Chile na década de 1980. Segundo eles, só agora é possível identificar as consequências das alterações

daquela época: o empobrecimento geral e o desalento de idosos e aposentados.

Os senadores alertaram o governo sobre a possibilidade de acontecer no Brasil.

— Não tirem de um povo a certeza que ele tem de que vale a pena viver, não façam um povo acreditar que não tem nada a perder — aconselhou Zenaide Maia.

O Chile enfrenta um ambiente conflagrado. O presidente Sebastián Piñera chegou a pedir perdão pela retirada de direitos no passado, o que levou o país ao caos, explicou Paulo Paim.

Jaques Wagner (PT-BA) lembrou que o Brasil voltou a

figurar entre os três países em que mais há concentração de renda no mundo, com cerca de 6 milhões de pessoas de volta à extrema pobreza.

— Todos os que defendemos um país mais social amanhecemos mais tristes, com a aprovação da PEC. Mas em respeito a quem nos elegeu não vamos jogar a toalha, abandonar a batalha — disse.

A CDH tinha reunião deliberativa nesta quinta-feira para a votação de projetos de lei e requerimentos. O presidente Paulo Paim decidiu transformá-la em audiência pública, segundo ele, a pedido dos demais integrantes da comissão.

Eduardo Girão pede serenidade a ministros do STF

Eduardo Girão (Podemos-CE) disse ontem esperar que a possibilidade de prisão após decisão judicial de segunda instância seja mantida. O julgamento foi paralisado com 4 votos a 3 a favor da manutenção e deve ser retomado em 6 ou 7 de novembro.

— Eu espero muita serenidade dos ministros para não darem esse passo atrás. A Lava Jato vem inspirando a população a ter a convicção de que a Justiça, cada vez mais, está existindo para todos, sem distinção, mas o Supremo vem, infelizmente, jogando contra — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Supremo deve manter prisão em 2ª instância, diz Elmano

A respeito do julgamento sobre a prisão em segunda instância em andamento no Supremo Tribunal Federal (STF), Elmano Férrer (Podemos-PI) defendeu ontem em Plenário que os ministros respeitem a vontade popular e mantenham a prisão, o que, na sua opinião, não caracteriza violação à garantia de direitos constitucionais.

— Senhor presidente, não é possível continuar presumindo inocência quando os fatos e as provas demonstram de forma inequívoca a responsabilidade do acusado.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Zenaide quer que PEC amenize perdas dos trabalhadores

Zenaide Maia (Pros-RN) pediu ontem aos parlamentares que aproveitem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 133/2019 para amenizar o que qualificou de males causados pela reforma da Previdência (PEC 6/2019) aos trabalhadores do país.

— Tivemos agora, com tristeza, com todo o respeito a esta Casa, que aprovou, sendo que uma grande parte comemorou, a reforma da Previdência. Vemos mais uma vez o Congresso aprovando o desmonte da seguridade social, criada na Constituição de 1988.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Coordenador sugere que Embratur vire agência

Outras ideias defendidas em audiência foram investimentos na pesca esportiva, benefícios para o setor, wi-fi gratuito e participação em feiras internacionais de turismo

O COORDENADOR-GERAL DE Inteligência Competitiva e Mercadológica do Turismo do Instituto Brasileiro do Turismo (Embratur), Douglas Rezende, defendeu a transformação da autarquia em uma agência executiva. De acordo com ele, a mudança garantiria mais recursos, flexibilidade e independência orçamentária. Rezende participou ontem de audiência na Comissão de Agricultura (CRA) sobre a pesca esportiva e o turismo no Brasil.

Segundo ele, a função precípua do instituto é a divulgação internacional do turismo no Brasil. Mas ele reconhece que a Embratur não conseguiu garantir presença em feiras internacionais este ano.

— O turismo de pesca esportiva está muito aquém. O gasto médio de um turista que vem ao país gira em cerca de US\$ 80 a US\$ 120 por dia. O turista que vem fazer pesca esportiva,

costuma gastar US\$ 700 em média por dia — disse.

A presidente da CRA, senadora Soraya Thronicke (PSL-MS), afirmou que o turismo no Brasil precisa avançar, já que recebe apenas 6 milhões de turistas por ano, com todo o potencial natural que possui.

— Em Bonito, o maior ecoturismo do mundo, em Mato Grosso do Sul, você não consegue mandar os vídeos que faz.

Segundo Rezende, uma parceria entre os Ministérios do Turismo e da Ciência e Tecnologia deve implantar redes de wi-fi gratuito em regiões atrativas ao turismo, como Fernando de Noronha e Bonito.

Segundo o secretário de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura (Mapa), Jorge Seif Júnior, as possibilidades do Brasil são gigantescas em relação à pesca. Ele disse que a produção do país precisa aumentar, mas não com a



Jorge Seif Júnior fala em audiência presidida por Soraya Thronicke

exploração sem limites. Seif Júnior defende modelos baseados em aquicultura, como na China, ou em maricultura, em que se constroem tanques na água salgada para criação.

Outras medidas para retomar a produção, segundo o secretário, são o reestabelecimento da estatística pesqueira, o incentivo ao consumo de peixe, a

cessão de águas da União para o aqüicultor, o fortalecimento dos comitês de gestão e a reestruturação do Cadastro Nacional de Pesca, para impedir fraudes de quase R\$ 2 bilhões por ano no seguro defeso.

De acordo com o coordenador-geral de Ordenamento e Desenvolvimento da Pesca Continental do Mapa, Alex

Augusto Gonçalves, a pesca esportiva contribui com cerca de US\$ 100 bilhões para o produto interno bruto (PIB) nos Estados Unidos. No Brasil, segundo ele, a pesca é o esporte mais praticado — mais, inclusive, do que o futebol. No entanto, ainda há desafios, como conhecer o ordenamento das espécies e onde pescar. Gonçalves defendeu a redução de impostos para as embarcações e a divulgação das competições.

Para Jayme Campos (DEM-MT), é preciso pensar na população que depende dos recursos dos rios. Segundo o senador, os ribeirinhos não podem viver em condições ainda mais precárias com as limitações impostas para beneficiar a pesca esportiva — como a política de cota zero. Essa medida proíbe o transporte e o comércio de algumas espécies de peixes. Elas só podem ser consumidas no local da pesca.

Diplomata: acordo com Canadá pode abrir mercado de US\$ 300 bi

As negociações entre Mercosul e Canadá visando o fechamento de um acordo de livre comércio estão “intensas”, com possibilidade de serem finalizadas até 2020. Esta foi a informação levada à Comissão de Relações Exteriores (CRE) pelo diplomata Pedro Henrique Lopes Borio ontem, quando foi sabatinado e teve o nome aprovado para chefiar a embaixada no Canadá.

— O coordenador das negociações no lado canadense, David Usher, deve ocupar um lugar de destaque no novo gabinete do primeiro-ministro Justin Trudeau, que acaba de ser reeleito. Isso mostra a importância que o Canadá dá ao Mercosul, pois eles querem diminuir a dependência que têm da economia dos EUA. Querem diversificar seus intercâmbios comerciais. Mas esse acordo também é de suma relevância pro Brasil. Vai abrir o mercado de compras governamentais do Canadá para nós, que chega a US\$ 300 bilhões [cerca de R\$ 1,2 trilhão] por ano — disse Borio.

Para o diplomata, o Brasil

encolheu-se nos últimos anos na inserção internacional de suas empresas.

Mas ele enxerga um potencial real para que companhias de engenharia e de material pesado, ou outras que já possuem boa inserção internacional como a Embraer e a WEG, aproveitem-se do acordo para aprofundarem negócios no Canadá.

— O fechamento do acordo deve potencializar os investimentos mutuamente, somos nações que possuem afinidades entre si. O Canadá já tem um estoque de investimentos que chega a US\$ 15 bilhões no Brasil. E admito que não sabia que o estoque de investimentos de brasileiros no Canadá já é de US\$ 30 bilhões, com a ressalva de que US\$ 10 bilhões provém de contas em paraísos fiscais controladas por brasileiros. Há condições concretas para que esses investimentos sejam bem maiores mutuamente.

O senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ressaltou que o governo brasileiro trabalha atualmente na elaboração de

um novo marco regulatório para a exploração de recursos minerais no país.

A CRE também aprovou as indicações dos diplomatas Rubem Antonio Corrêa Barbosa para a chefia da embaixada no Cazaquistão, cumulativamente com o Quirguistão e com o Turcomenistão, e Sergio Luiz Canaes para a chefia da embaixada em Sri Lanka, cumulativamente com a República das Maldivas.

As três indicações seguem ao Plenário do Senado.

Cazaquistão

Na sabatina, Barbosa destacou que o Cazaquistão é um dos países que mais crescem no mundo atualmente, graças à exploração de suas “absurdas reservas naturais”.

Já Canaes disse que pretende retomar a exportação de açúcar do Brasil para Sri Lanka. O comércio foi interrompido em 2016, depois que autoridades do país asiático encontraram 300 quilos de cocaína escondidos num contêiner de açúcar proveniente do Brasil, no que

foi a maior apreensão de drogas da história daquela nação.

A quebra da corrente comercial fez com que, em 2018, pela primeira vez na história, o Brasil registrasse deficit nas trocas bilaterais com Sri Lanka. O tráfico de drogas no país pode gerar prisão perpétua. Hoje três brasileiros estão presos em Sri Lanka devido ao crime, e a embaixada do Brasil negocia a sua extradição.

Sri Lanka

- » Área: 65.610 km²
- » Capital: Colombo
- » População: 22.576.592
- » PIB per capita: US\$ 12.900
- » Exportações brasileiras: US\$ 15,29 milhões (2018)
- » Importações brasileiras: US\$ 47,58 milhões (2018)



Canadá

- » Área: 9.984.670 km²
- » Capital: Ottawa
- » População: 35.881.659
- » PIB per capita: US\$ 48.400
- » Exportações brasileiras: US\$ 2,4 bi (2019/2018)
- » Importações brasileiras: US\$ 1,76 bi (2019/2018)



Cazaquistão

- » Área: 2.724.900 km²
- » Capital: Nur-Sultan
- » População: 18.744.548
- » PIB per capita: US\$ 26.300
- » Exportações: US\$ 84,78 mi (2019/2018)
- » Importações US\$ 80,31 mi (2019/2018)



Fonte: CIA World Factbook e Ministério da Economia

Comissão ouvirá representantes da OCDE sobre corrupção

Uma comitiva da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) visita o Brasil em novembro para analisar o combate à corrupção no país e a Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou pedido de Marcos do Val (Podemos-ES) para receber os representantes do órgão em audiência.

— Matérias veiculadas na imprensa explicitam que a Comissão Antissuborno da OCDE está preocupada com a capacidade do Brasil de investigar corrupção — disse o senador.

Vai a Plenário cooperação policial com União Europeia

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem o acordo firmado entre Brasil e União Europeia (UE) de cooperação entre Polícia Federal e a Europol (PDL 633/2019).

O acordo cria regras detalhando como deve se dar o intercâmbio de informações estratégicas, operacionais e técnicas entre as duas instituições policiais. O projeto de decreto legislativo segue agora para Plenário.